

## **Modalidades de participação da comunidade em programas de desenvolvimento, Caso do Posto Administrativo de Rapale.**

**Hermínio Abílio Muchave, Doutorando**

Faculdade de Educação e Comunicação

Universidade Católica de Moçambique

herminiomuchave@gmail.com

### **Resumo**

O estudo é resultado de uma pesquisa realizada no âmbito do mestrado em Gestão do Desenvolvimento, o foco é abordar sobre as modalidades de participação da comunidade em programas de desenvolvimento. Esta pesquisa busca conhecer a forma como a comunidade tem participado em programas de desenvolvimento. A metodologia adoptada foi a pesquisa qualitativa e a realização de um estudo de campo. Para a colecta de dados optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada, análise documental e observação. Os dados foram tratados através da análise de conteúdo com base em categorias e subcategorias previamente definidas e outras que vão emergindo ao longo do processo. Os resultados obtidos e analisados possibilitaram concluir que as modalidades de participação resumem-se na sensibilização da comunidade a fazer parte dos programas, auscultação, levantamento dos seus problemas e em actividades remuneráveis. A participação pode-se considerar fraca por falta de comunicação – dirigentes activos, comunidade passiva, entendimento, cooperação, interesse, aliada a conhecimentos limitados para colocar o diálogo mesmo nível. Diante da realidade, os resultados sugerem sensibilizar comunidade sobre as vantagens da participação, criar mecanismos que garantem a participação activa e plena da comunidade.

**Palavras-chave:** participação, desenvolvimento, comunidade, programas de desenvolvimento.

### **Introdução**

Ao se abordar sobre o desenvolvimento da comunidade, o primeiro pensamento que ocorre é de utilizar como referência as regiões que possuem elevada qualidade de vida social e económica de seus habitantes em busca de saber, quais estratégias estiveram na origem do êxito quanto a esse grau de desenvolvimento das suas comunidades.

Este assunto tem sido de grande interesse, como pode-se observar, nos dias que correm, escuta-se em debates, sejam locais ou além-fronteiras, discursos que norteiam-se na preocupação com o desenvolvimento comunitário, predominando a questão de transferência de encargos e competências específicas aos órgãos locais, de maneira a legitimar e conceder-lhes instrumentos para a prestação de serviços às comunidades. Como afirma Guambe (2011), “a participação comunitária e a sua contribuição para a vivência pacífica e proactiva em prol do desenvolvimento são deveras importantes no quotidiano de uma comunidade” (p.7).

O estudo desenvolveu-se no Posto Administrativo de Rapale no sentido de conhecer as modalidades de participação da comunidade em programas de desenvolvimento comunitário a nível do Posto. Em termos mais específicos pretendeu: identificar os programas de desenvolvimento comunitário existentes no Posto Administrativo de Rapale; descrever as modalidades adoptadas pelos actores de desenvolvimento para a participação da comunidade em programas desenvolvimento; e avaliar o nível de participação da comunidade em diferentes momentos da vida de programas de desenvolvimento.

O desenvolvimento comunitário representa um processo decisivo, onde através da participação, da organização dos colectivos e da sua acção na comunidade, aponta um caminho evidente em direcção à libertação e emancipação dos sujeitos. Na sequência, a questão que se coloca é: Como é que a comunidade participa em programas de desenvolvimento no Posto Administrativo de Rapale?

Em resposta a esta questão, deu para entender que a participação da comunidade em programas de desenvolvimento que foi tida como um dos mecanismos para a erradicação da pobreza e desenvolvimento das mesmas comunidades, parece ainda ineficaz pelo facto da comunidade mostrar-se limitado diante de algumas acções, o que pode nos levar a afirmar que a participação ainda não se encontra a níveis que satisfaçam a comunidade.

## **1. Desenvolvimento comunitário**

A comunidade no entender de Putnam (1996), trata-se de “um agrupamento de pessoas relacionadas entre si, que contam com recursos físicos e outros próprios da relação social que estabelecem”. Geograficamente, esta comunidade vive e se localiza em diversas regiões ou locais com realidades diferentes, uns privilegiados que os outros, o que desperta no seio do Homem questões relacionadas com o desenvolvimento por conta das contradições expressivas.

Na sequência, os estudos e debates que desenrolam nos dias actuais despertam atenção a isto e procuram fazer uma distinção entre desenvolvimento económico e crescimento económico uma vez que os países mergulhados na pobreza apresentam um crescimento económico. Não é intenção deste estudo fazer uma distinção destes termos, porém é deveras importante saber que trata-se de termos com um grau de complementaridade. Aliás, bem executados os programas de desenvolvimento podem garantir um crescimento económico e um posterior desenvolvimento económico.

No desenvolvimento comunitário, na visão de Fragozo (2005), o desenvolvimento significa “o crescimento económico, acompanhado de progresso tecnológico e institucional, definido, controlado e dirigido pela população, a serviço dessa população, para o seu bem-estar” (p.24).

Tomando em consideração e reconhecimento do grande potencial dos modelos de *button-up*, a finalidade última do desenvolvimento comunitário é a melhoria das condições e da qualidade de vida das comunidades. Outras características foram enriquecendo o campo, a esta ênfase nos interesses das comunidades vai-se acrescentando cada vez mais com o *empowerment*<sup>1</sup> como uma das maiores fontes de mudança que se podem plasmar a nível local.

## **2. Desenvolvimento local participativo**

O desenvolvimento local tem sido o sinónimo de comunitário, por se identificar com causas ou necessidades comunitárias e os seus objectivos centrais aparecem a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a valorização/formação dos recursos locais.

A definição do conceito – participação, foi evoluindo à medida que as teorias de desenvolvimento também evoluíam. Segundo Fals Borda et al. (2004, cit. em Maússe, 2009), “participação é o envolvimento das pessoas locais num projecto formulado exteriormente” (p. 35).

Nas últimas décadas, uma importante revisão teórica que se refere à mudança de maneiras de pensar no processo de participação dos agentes envolvidos no espaço de gestão, com os novos paradigmas participativos, admite-se que, em lugar de centralizar a gestão, pode-se estruturar o desenvolvimento fundamentado por meio de um processo de “organização social local” onde um conjunto diversificado de *stakeholders* assume a condição de sujeito no direccionamento de acções estratégicas sustentáveis, sendo eles pessoas, grupos ou instituições que possuem alguma influência no processo decisório.

O processo participativo presume uma actuação activa de todos intervenientes-chave em todo o processo sem nenhuma exclusão. Por se tratar de um processo de construção que não quebra o ciclo, os actores-chave e os beneficiários envolvem-se em todos os processos e fases – concepção, implementação e avaliação. A ideia chave é compreender que existe a necessidade do investimento do capital social para o incremento da eficácia e do possível sucesso das iniciativas do desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Empoderamento

A participação comunitária na perspectiva de Chichava (1999), envolve um processo social com implicações políticas para assistir grupos desfavorecidos a clarificar e expressar suas necessidades, tomada de decisões colectivas para a sua resolução, envolvendo tais comunidades, na implementação e gestão de assuntos que lhes dizem respeito.

A participação activa da sociedade civil na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento comunitário é de vital importância para a descentralização do poder público, além de trazer como benefício o poder de comando que a comunidade adquire. Vista neste ângulo, a participação é algo voluntário, uma acção política através do envolvimento da população na tomada de decisão, um meio de controlo dos recursos e meio para impulsionar o desenvolvimento.

### **3. Níveis de participação da comunidade em programas de desenvolvimento**

O envolvimento da comunidade em programas de desenvolvimento conhece os seus primeiros passos pela participação da mesma ainda na planificação que inspira numa valorização da possibilidade de um exercício de encontro de interesses particulares e na necessidade de contar com saberes e habilidades das pessoas receptoras do plano, como co-responsáveis do desenho e gestão de acções públicas ou privadas que estão referidas no conjunto da sociedade.

O planeamento participativo é visto por Gandin (1988, cit. Em Dalmás 1994), como sendo:

é um processo em que as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só as decisões específicas, mas os próprios rumos que se devem imprimir para o desenvolvimento de qualquer actividade. Os diversos valores são valorizados, cada pessoa se sente construtora – e realmente o é – de um todo quando vai fazendo sentido à medida que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão à medida que os resultados práticos são alcançados em determinado rumo (p. 20-21).

A participação dos actores comunitários assume contornos de materialização a partir do momento em que estes se envolvem na resolução dos seus próprios problemas e na materialização de objectivos comuns, e que só poderiam ser alcançados através da formação e da consolidação das comunidades de interesses.

Para estimular este novo paradigma no âmbito desenvolvimentista foi necessário que o Estado mudasse de actuação, saindo de um Estado centralizado e ter uma nova configuração institucional e forçado a estabelecer novas relações com os diferentes actores do sistema político – participação completa da comunidade, e o seu relacionamento com as diferentes instituições, desencadeando desta forma um conjunto de reformas que implicaram a criação

de um ambiente apropriado para a consolidação da paz, da democracia, da descentralização e da planificação participativa (Guambe, 1998).

Nesta nova postura do Estado relativamente às comunidades, Ferreira (1984, cit. em Dalmás 2001), cita três modalidades ou níveis de planificação que anunciam linhas diferentes de acção que se podem assumir: planificação “para” comunidade, planificação “com” comunidade e planificação “da” comunidade (p. 26).

A primeira modalidade – planificar “para” a comunidade: neste modo de planificação, o poder é exercido de maneira autocrática, dominadora e até ditatorial. A participação na preparação e elaboração é nula. No que se refere à execução, é imposta e de modo idêntico quanto aos resultados. A gestão neste modelo é uma direcção exercida por alguém ou um pequeno grupo e não por nunca o todo.

Esta modalidade mostra uma intervenção externa nas comunidades e com esta forma de participação, presume-se que os problemas estruturais da sociedade não chegavam a ser colocados, prevalecendo a dependência dos gestores locais “líderes locais” e o desenvolvimento como tal tende para um projecto de dominação do que para libertação dos partes populacionais mais vulneráveis, obedecendo a um critério de desenvolvimento local gerido do nível *top-down*.

A segunda modalidade – planificar “com” a comunidade, quem tem o poder nas mãos cede alguma coisa, não o essencial, para significar que existe participação da comunidade na planificação. Na realidade, a participação é insignificante e às vezes ilusória. O poder continua nas mãos de poucos, que o controlam constantemente.

A participação da comunidade, na preparação e elaboração do plano é controlada. A execução do plano acontece a partir do consenso e do resultado de uma negociação, co-gestão, pouca participação da comunidade através de pessoas mais ou menos representativas.

O terceiro e último nível apontado por Ferreira (1984, cit. em Dalmás 2001) é a planificação “da” comunidade, “o poder é exercido como um serviço, a gestão é da comunidade – autogestão, participando na preparação, a elaboração da planificação, execução e monitoria dos resultados” (p. 26).

Neste modelo, a planificação e gestão territorial são concebidos como um processo metodológico de conceber autonomia a comunidade de acordo com os seus interesses e preocupações. Na autonomização da população, o desenvolvimento comunitário é visto por Souza (2007), como sendo:

Um método, um processo e fim em si mesmo. Método de ajuda às comunidades locais para fazê-las mais conscientes de suas necessidades, para apreciar seus recursos em tal forma que satisfaçam algumas das suas necessidades por meio dos projectos de acção e ao mesmo tempo adquirirem atitudes, experiências e destrezas cooperativas para repetir o processo e outras vezes por iniciativa própria (pp. 56-57).

Este modelo nos remete para a definição do conceito descentralização democrática, que podemos entendê-lo de acordo com Manor, como o acto administrativo que assegura a transferência de responsabilidades políticas e técnicas para subunidades colectivas territoriais, criando oportunidades para o estabelecimento de novos modelos de relacionamento institucional e alargamento de espaços da participação de vários grupos sociais nos diferentes momentos de formulação de políticas de desenvolvimento local e na esfera governativa (Manor, 1999).

O processo de desenvolvimento requer a participação comunitária nas diferentes responsabilidades de elaboração, execução e avaliação, isto para garantir a modificação nas relações e influenciar positivamente o processo de tomada de decisões.

Por seu turno, Chichava (1999), afirma que Oakley & Marsden (1984), fizeram interpretações sobre a participação em projectos de desenvolvimento e sistematizaram este conceito que no final submete a uma situação de evolução do processo de participação da comunidade, onde afirmaram que trata-se:

- ✚ De uma contribuição voluntária da população, de uma ou de outra forma, em programas públicos supostos a contribuir para o desenvolvimento nacional sem que haja nenhuma expectativa de a população tomar parte activa ou influenciar o conteúdo de tais programas;
- ✚ Do envolvimento da população nos processos de tomada de decisão, na implementação dos programas, na avaliação e benefícios dos frutos de tais programas;
- ✚ Do esforço organizado em todas as situações sociais, para aumentar o controlo sobre os recursos e instituições reguladoras por parte de grupos ou movimentos outrora excluídos, e;
- ✚ De um processo activo através do qual os beneficiários (comunidade, população comum) influenciam a execução e a direcção de um projectos de desenvolvimento, com intuito de melhorar o seu bem-estar em termos de rendimento, crescimento, confiança e estatuto social.

Os variados pressupostos envolvendo aspectos locais vincam na sua essência, que o desenvolvimento seja realizado com a participação da comunidade, porém, para assim ocorrer com sucesso, é preciso que haja mecanismos que possibilitem a sua participação.

#### **4. Estratégias implementadas para a participação**

Os primeiros passos dados rumo à participação tiveram o seu início com o termo – empoderamento (como anteriormente foi referenciado), que surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos de 1970, por meio da bandeira do poder negro, como forma de auto-valorização da raça e conquista de cidadania plena (Putnam, 1996)

A capacidade de decidir sobre a própria vida é um dos objectivos de estratégias de empoderamento de pessoas e comunidades, mas não só isso, o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida da comunidade, na intervenção em factos que direccionam, impedem, obrigam, a partir dos conselhos locais.

Participar no desenvolvimento local requer em primeira instância a sensibilização da comunidade quanto à importância da sua participação, para além de criação de membros do conselho consultivo localmente a fim de participarem, organizarem bem como dinamizar actuações do conselho.

Os conselhos de desenvolvimento, por sinal autónomos e com carácter misto – consultivo e deliberativo, deverão ser compostos por representantes da sociedade política, civil e da economia (Carvalho, 1997).

As probabilidades de êxito de um programa de interesse comunitário são tão maiores quanto maior for o número de envolvidos que partilham do consenso sobre os objectivos e participam activamente de suas acções. Esta participação mostra-se como instrumento importante na articulação entre os actores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade e melhorando a qualidade das decisões, tornando mais fácil alcançar objectivos de interesse comum.

A participação da comunidade no desenvolvimento por se revelar importante no processo de desenvolvimento da comunidade, o envolvimento de todos os actores da sociedade torna-se um imperativo no processo, para além de que o poder público já não é o único responsável pelas políticas de desenvolvimento comunitário.

A institucionalização da participação e consulta das comunidades, através dos conselhos consultivos locais, devem servir como pontos democráticos para a formulação de políticas

públicas apropriadas a realidade local e não, simplesmente, que interessem referências externas.

A partir da criação dos mecanismos de institucionalização da participação cidadã é preciso, diz Francisco (2007), que se estimule a verdadeira participação, ter-se em conta que a participação verdadeira é um processo social que resulta da acção de forças sociais que são constituídas como tais, a partir de determinantes, tais como: as classes sociais, os grupos, o género, as etnias, dentre outras e supõe a capacitação do homem para o enfrentamento dos desafios sociais.

Leite (2007) diz que ao se pensar na ampliação da base informacional nos fóruns locais, deve-se ter a preocupação com a forma como a informação é passada pela equipa técnica distrital e qual o tipo de informação.

A linguagem técnica, várias vezes, revela-se num impedimento para apropriação do conteúdo e acaba indirectamente aumentando as relações de poder estabelecidas. O tipo de informação que se transmite, pode por sua vez ajudar a fortalecer decisões tomadas em outras esferas e não, necessariamente, contribuir para escolhas. Esta situação tem-se notado nas comunidades extremamente carenciadas e, aliado à falta de informação, coloca esses grupos vulneráveis e frágeis diante dos seus interlocutores, ao longo dos processos participativos.

## **5. Importância da participação**

Na medida em que um cidadão em uma comunidade não possui suas necessidades satisfeitas, sobram-lhe duas opções de acção: a primeira é reunir os amigos e os vizinhos e discutir o problema, uma equipa começa a funcionar para tratar da sua resolução; a segunda é esperar que o governo venha a suprir essa necessidade. O desenvolvimento de muitos locais aconteceu porque os antepassados tinham a capacidade de “arregaçar as mangas”, e enfrentar as dificuldades (Varaschin, 2002).

Viáveis programas de desenvolvimento local buscam desenvolver todos sectores sociais da sociedade de modo que atinjam mínimos patamares de qualidade de vida e renda. Na sequência, é preciso ajustar as políticas públicas e com enfoque para os sectores mais empobrecidos do campo e direccionados para a ampliação da capacidade de produção.

A participação plena da comunidade é acompanhada por bons resultados, porém condicionada pelo capital humano e o de capital social. O primeiro vincula sobre o valor dos recursos

humanos, suas atitudes, história, habilidades, educação, capacitação e uso do conhecimento, saúde, bem-estar, entre outras qualidades. Enquanto o segundo relaciona-se ao conjunto de organizações que articulam e canalizam o trabalho humano e dão sentido às relações de reciprocidade, cooperação e intercâmbio, no espaço ou território considerado (Furtado & Furtado, 2000).

Muitas oportunidades sociais permanecem perdidas porque os cidadãos não têm acesso à informação. A transparência da administração pública depende desse acesso. Como advoga Leite (2007), o exercício da democracia participativa exige um desenvolvimento da informação que, por sua vez, passa pela educação e pela democratização da mídia, enquanto instância dominante de socialização. A informação e formação dos cidadãos são fundamentais para orientar o processo de planejamento para participação, e devem possibilitar a comunicação e o diálogo permanente entre a sociedade política e a sociedade civil.

O governo não pode ter autocontrole, são os cidadãos e as comunidades que devem fazer isso, desde que estejam organizados e informados, para que possam garantir a transparência da gestão pública. Embora a participação comunitária não seja a única causa do sucesso e, sendo induzida, demanda um prévio investimento em recursos humanos, financeiros e estruturais para a participação, ela é essencial para que a sociedade tenha o retorno esperado da administração pública, além de mostrar à comunidade as dificuldades pelas quais uma administração pública passa. Assim, a própria comunidade consegue ajudar a administração pública a enfrentar os problemas.

As probabilidades de êxito de um programa são tão maiores quanto maior o número de envolvidos que partilham do consenso sobre os objectivos e participam activamente de suas acções. A participação é um dos pressupostos fundamentais na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento local e de vital importância para a descentralização do poder público, ela traz o poder de comando na comunidade e contribui para o êxito dos objectivos.

## **6. Metodologia da pesquisa**

No entender de Marconi e Lakatos (2011), as pesquisas variam de acordo com o enfoque dado pelo próprio investigador, tendo em consideração os interesses, condições, os campos, as metodologias, os objectivos, entre outros aspectos.

Tendo como base saber como é que a comunidade participa em programas de desenvolvimento, no sentido de apurar essa singularidade, a abordagem do problema, foi

adoptada a pesquisa qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, privilegiou-se a pesquisa bibliográfica, aquela que se realiza a partir dos registos disponíveis, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.

Para a materialização da pesquisa optou-se pela observação directa e o inquérito por entrevista e na base de uma amostragem não probabilística foram seleccionados os participantes deste estudo: um (1) responsável do Sector de Planificação a nível do distrito de Rapale, dois (2) membros do conselho consultivo do Posto Administrativo de Rapale e sete (7) membros da comunidade local, perfazendo um total de dez (10) sujeitos.

Com a entrevista semiestruturada pretendeu-se colher informações sobre a existência ou não de programas de desenvolvimento a decorrerem no Posto Administrativo de Rapale, conhecer o papel da comunidade no processo de desenvolvimento comunitário, as modalidades de participação da comunidade nesses programas, a actuação do poder público no que se refere a abertura à participação da comunidade e das organizações nas decisões e projectos que vão contribuir para o desenvolvimento do comunitário.

A observação foi realizada durante as reuniões nos comités dos bairros e em locais onde decorria a construção de algumas infra-estruturas, a fim de analisar o nível de participação dos actores/poder público assim como da comunidade quanto à abertura a participação nas discussões de levantamento e apuramento dos problemas prioritários e aferir a participação da comunidade em diferentes fases de execução de um programa de desenvolvimento.

## **7. Apresentação dos dados e discussão dos resultados**

A pesquisa preocupou-se com a participação da comunidade em programas de desenvolvimento no Posto Administrativo de Rapale, para tal, foram criadas e analisadas três categorias: (i) programas de desenvolvimento comunitário, (ii) modalidades de participação da comunidade em programas de desenvolvimento e, (iii) nível de participação da comunidade em programas de desenvolvimento.

### **7.1 Programas de desenvolvimento comunitário**

No que concerne à primeira categoria, conclui-se a partir dos dados da entrevista que existem programas de desenvolvimento, acrescentando o RSP diz que os mesmos resultam da preocupação do governo moçambicano em erradicar a pobreza absoluta (...), por exemplo agora

podemos falar de programas de geração de renda e produção dos bens alimentares financiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Distrito.

Nesta vertente, Valá (2012), afirma que os fundos de desenvolvimento do distrito tem a finalidade de induzir a transformações na economia rural de forma a tornar os distritos unidades orçamentais e centros dinâmicos de promoção da economia multifuncional e que contribuam para fazer do distrito o efectivo pólo de desenvolvimento do país.

Um outro dado importante nesta categoria são alguns programas mencionados pelos entrevistados: Yes i do, SNV, Nweti, USAID, para além de que nos bairros dos Combatentes, Muassiquissa, Cuhari A, são notórias as moageiras, barracas de venda de produtos alimentares, produção agrícola, pecuária, com destaque a criação de frangos, Associação de Poupança e Empréstimos, abertura de furos de água, ampliação das escolas – construindo mais salas de aulas, construção de um hospital de raiz.

Isto significa que a comunidade tem mínimas noções sobre os programas de desenvolvimento, restando saber se a mesma toma controlo de seus próprios assuntos, de sua própria vida, tomam consciência da sua habilidade em produzir, criar e gerir seus destinos ou não, para tal, analisa-se as modalidades da sua participação.

## **7.2 Modalidades de participação da comunidade em programas de desenvolvimento**

Nesta categoria, os resultados da entrevista, fortalecidos com os da observação, por um lado mostram que por mais fraca ou deficitária que seja, existe a participação da comunidade, com enfoque para a construção do capital humano levado a cabo pelo Yes i do, Nweti, USAID, estes, trabalhando na educação e sensibilização de crianças e adolescentes. Na educação estão focados em ensinar a ler e escrever e na sensibilização mantém o foco na matéria de saúde sexual e saúde reprodutiva no sentido de evitar gravidez precoce e casamentos prematuros que culminam com a evasão escolar com índices mais acentuados na rapariga.

Por outro lado, é notória e mencionada também pelos entrevistados a existência da participação nos bancos de microcrédito, nas moageiras, nas barracas de venda de produtos alimentares, na produção agrícola, na pecuária, com destaque a criação de frangos, porém o mesmo não se pode dizer olhando para os programas levados a cabo por exemplo pela SNV – abertura de furos de água e pelo governo – ampliação das escolas construindo mais salas de aulas e construção de um hospital de raiz, onde a participação resume-se no levantamento e apuramento dos seus próprios problemas. Os momentos de auscultação são caracterizados por falta de entendimento entre as partes, para além os entrevistados apontam a deficiente comunicação e cooperação.

Nesta vertente, é necessário que a participação como afirma Maússe (2009), decorra num ambiente de controlo efectivo por parte das populações sobre todas as fases do processo, seja para efeitos de definição das agendas, do desenho dos projectos iniciados, do uso dos recursos financeiros disponíveis assim como tomadas de decisão fundamentais.

Valá (2009), acrescenta dizendo que a participação tem um papel instrumental, derivado da funcionalidade da participação para a articulação dos actores sociais e para a viabilização de processos de capacitação e de aprendizagem colectiva relevantes para a promoção do desenvolvimento rural.

Para que seja importante esta prática é preciso que se tome a participação como um instrumento vital para promover a articulação entre os actores sociais, fortalecendo a coesão da comunidade, melhorando a qualidade das decisões e tornando mais fácil o alcance dos objectivos de interesse comum.

### **7.3 Nível de participação da comunidade em programas de desenvolvimento**

Nesta última categoria, observou-se que o processo de participação não está sendo tão eficaz uma vez que não envolve a comunidade em todas as fases do decurso de um programa. Por outro lado, não desenvolve na comunidade o sentimento de pertença devido ao estado de abandono e descuido de algumas infra-estruturas. Atentando para um dos entrevistados, MCL2, afirma que os níveis não são satisfatórios, participação talvez é algo que está ligado muito dinheiro que atrai muito as pessoas ou os governantes.

Tendo-se constatado uma insatisfação, parcialmente podem-se explicar as dificuldades em implementar a participação comunitária de forma efectiva. Isto lembra-nos as abordagens de (Furtado & Furtado, 2000), quando dizia que através da participação muitos dos custos reais, por exemplo, de projectos de desenvolvimento, podem ser passados directamente para os mais pobres, o que não é visível apenas localmente como se poderia pensar, (...) os pobres provaram ser clientes mais fiáveis que muitos dos ricos, principalmente se organizados em contextos participativos locais.

Indo pela abordagem anterior, pode-se ficar com a percepção de que a participação é vista como um instrumento para conseguir maior eficácia e novas fontes de investimento. Quando a comunidade ou organizações acreditam nisso, automaticamente desacreditam em melhorias no desenvolvimento local, ocorrem problemas para organizar a participação.

Constatando-se haver um nível muito fraco da participação, é chegada a hora de enveredar por mudanças, pois a participação não decorre activamente segundo Friedmann (1996), com elementos de conhecimento restrito, senso comum, mas sim com conhecimento científico que melhora capacidades de acção das pessoas, promove a construção de novas culturas técnicas e que, resulte em formas de criação de conhecimento mais adequadas à transformação social.

Acrescentando, afirma Maússe (2009) que a participação da comunidade deve ser reforçada. O reforço irá permitir a expansão dos fundos e capacidades das pessoas pobres na sua participação para negociar com influência, controlo e segurança e possuírem instituições cotáveis que afectam as suas vidas.

Capacitar a comunidade é garantir a sua participação na íntegra, que esta deixe de ser apenas como um contributo na implementação de programas e passa a ser um processo de conquista e construção da cidadania, ou que garante mudanças, envolvendo-se activamente na planificação, execução, monitoria e avaliação dos programas.

## **8. Conclusões e sugestões**

O objectivo da nossa pesquisa era perceber modalidades de participação da comunidade em programas de desenvolvimento comunitário, no Posto Administrativo de Rapale. A informação recolhida por meio de entrevista e observação deu a percepção que dos programas existentes, a participação da comunidade pode ser considerada pouco activa.

A participação da comunidade, ainda não constitui um verdadeiro processo de conquista e construção da cidadania, devido a sua fraca participação por um lado e limitações por outro por conta da falta de entendimento, comunicação, diálogo e cooperação entre os participantes. A participação é apenas como um contributo na implementação de programas de desenvolvimento oferecendo a sua força de trabalho em troca de remuneração. Relativamente a isto, pode-se afirmar que o processo de participação não está sendo tão eficaz.

Constatados estes factos, é necessário que se torne este processo num lugar ambicionado tanto pelos actores de desenvolvimento quanto pelos beneficiários deste mesmo processo. Nesta óptica, é pertinente uma sensibilização da comunidade em matéria das vantagens e desvantagens da participação ou não da comunidade; diversificar os programas com vista a desenvolver a comunidade; cultivar um clima de comunicação constante, entendimento, cooperação, interesse, capacitação de todos os envolvidos para que possam contribuir activa e positivamente em todas as fases do desenrolar dos programas desde a auscultação,

levantamento, planificação para a resolução, implementação dos programas, monitorar ou avaliar até o término, para garantir que tenham o êxito esperado por todos.

### Referências bibliográficas

- Carvalho, H. M. de. (1997). *Metodologia do Planeamento Municipal Participativo – Um Modelo Interactivo*. Curitiba: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- Buarque, S. C. (1997). *Desenvolvimento Local e Planeamento Municipal (roteiro de exposição preliminar)*. INCRA-IICA, mimeo.
- Chichava, G. (1999). *Introdução a metodologias participativas: Um guia prático*. Recife: ABONG.
- Dalmás, A. (1994). *Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação*. Petrópolis, RJ Brasil: Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação*. (17ª Edição). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Fragozo, A. (2005). *Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*. *Revista Portuguesa de Educação*, 24, 23-51.
- Francisco, A. A. (2007). *Reestruturação económica de desenvolvimento*. In: Santos, T. (Orgs). *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique, Afrontamento*, v. 1, Coimbra, p. 141-178.
- Furtado, R. & Furtado, E. (2000). *A Intervenção participativa dos actores – INPA: Uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável*. Brasília: IICA.
- Guambe, J. M. (2011). *Participação comunitária no desenvolvimento municipal | Como Proceder?* Marimbique - Conteúdos e Publicações, Lda. Maputo.
- Guambe, J. (1998). *A Reforma dos órgãos Locais – Vantagens e Riscos da Descentralização*. In: Mazula, A. et al. 1998. *Autarquias Locais em Moçambique: Antecedentes e regime jurídico*. Lisboa -Maputo.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Marconi, M. A. & Lakatos; E. M. (2011). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Leite, S. P. B. R. (2007). *A participação popular e acesso à moradia: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do PREZEIS*. Recife: UFPE.
- Manor, J. (1999). *The Political Economy of Democratic Decentralization*. Washington DC: World Bank.

- Maússe, A. M. (2009). *Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo do Caso na Localidade de Chinjinguire*. CIEDIMA, SARL.
- Putnam, Robert D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- Sousa, N. J. (2007). *Desenvolvimento Económico*. (8ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Valá, S. C. (2009). *Desenvolvimento rural em Moçambique: um desafio ao nosso alcance*. Maputo: INLD.
- \_\_\_\_\_. (2010). Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial: Um olhar a partir dos conselhos locais e OIIL em Moçambique. In: Brito, L. et al (Orgs.). *Pobreza, desigualdade e vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Varaschin, V. M.; (2002) *A construção de uma comunidade: vamos pensar um pouco!* In: Instituto CEPA/SC; Informe Conjuntural. Ano XX, nº878. Florianópolis: Instituto Ceba/SC.